

# PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA 2024

## CANDIDATOS INDICADOS

### CATEGORIA GOVERNAMENTAL

#### Subcategoria: Estadual

INDICADO	PRÁTICA DE TRANSPARÊNCIA E/OU FISCALIZAÇÃO	PARLAMENTAR INDICANTE
1	<p>Corpo de Bombeiros Militar do Amapá - CBMAP</p> <p>A Seção de Fiscalização do CBMAP exerce atividades estabelecidas em lei, as quais envolvem a compra a Comissão de Fiscalização de recebimento de materiais e serviços, preparar documentos relativos a certame licitatório, tais como a comunicação à empresa vencedora, dos Fiscais que receberão os produtos e serviços, procedimento de junta de documentos que compõem o processo de fiscalização, acompanhamento de prazo de entrega de materiais e/ou execução de serviços e recepção e conferência de documentos comprobatórios para liquidação de despesas orçamentárias.</p> <p>Como prática inovadora, busca a <b>formação técnica de agentes públicos (militares estaduais), preparando-os para atuar como agentes de fiscalização de recebimento de Materiais e/ ou serviços.</b> Através de parcerias com demais órgãos da administração pública estadual, a seção de Fiscalização atua em conjunto com Seção de Contratos e Convênios, Diretoria de Administração Geral, Centro de Logística e a Central de Compras do Governo do Estado, desenvolvendo uma atividade coordenada, que une conhecimentos técnicos na área de finanças e orçamentos públicos, contabilidade pública e comercial e, legislação tributária (estadual e municipal) <b>agindo preventivamente na contenção de possíveis falhas administrativas, pois representa a última instância da administração pública para a consolidação das etapas de liquidação e de pagamento da despesa orçamentária, resguardando dessa forma o interesse público.</b></p>	<p>Josenildo (PDT/AP) - Presidente da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS)</p>
2	<p>Demétrio Abdennur Farah Neto - Controlador Geral do Estado do Rio de Janeiro</p> <p>A prática em questão envolve duas soluções tecnológicas desenvolvidas pela Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro – CGE/RJ: o <b>Painel do Sistema de Controle Interno (PSCI) e o Sistema de Ouvidoria Informatizado (OUVERJ)</b>, como segue:</p> <p>A) O PSCI analisa os procedimentos relativos ao acompanhamento das aquisições de bens e contratações de serviços, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro por meio de monitoramento realizados por sistemas de tecnologia da informação.</p> <p>B) O OUIVERJ é um canal integrado para encaminhamento de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação aos Órgãos e Entidades que compõem a Rede de Ouvidorias e Transparência do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>A principal inovação reside na utilização de tecnologia para análise dinâmica de dados e para a otimização da análise dos processos e gestão das informações de ouvidoria e transparência.</p> <p>O PSCI utiliza algoritmos avançados para monitorar e analisar bases de dados em tempo real. Enquanto isso, o OUIVERJ informatiza o recebimento e o processamento das manifestações e solicitações de acesso à informação dos cidadãos de forma segura e eficiente, em uma mesma plataforma.</p>	<p>Doutor Luizinho (PP/RJ) - Líder do PP</p>

#### Subcategoria: Municipal

3	<p>Controladoria Geral – Câmara Municipal de Campinas</p> <p>A prática apresentada é a <b>aplicação metodologia de transparência e fiscalização pública empregada em 2023, com a participação da Câmara Municipal de Campinas no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), realizado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon)</b>, com os objetivos de padronizar, orientar, estimular e fiscalizar a transparência de Poderes e órgãos públicos de todo o país. <b>Foi implementada a metodologia dentro do órgão e ampliado o rol de dados no Portal de Transparência da Câmara Municipal.</b></p> <p><b>A principal inovação foi a evolução do índice de transparência da Câmara de Campinas, de 39% (resultado PNTP em 2022) para 65% no ciclo de 2023. A prática envolveu a ampliação no rol dos critérios exigidos pelo PNTP . Foi utilizado o software livre Redmine para acompanhamento das ações dos órgãos envolvidos nas execução das melhorias dos índices de transparência. Foi atualizado o portal de transparência da Câmara, passando-se para a fase de verificação e melhoria da experiência de navegação do usuário, obtenção das informações e exercício do controle social.</b></p>	<p>Gervásio Maia (PSB/PB) - Líder do PSB</p>
4	<p>Júlio Pinheiro dos Santos Júnior, Gestor Público da Cidade de Amargosa – BA</p> <p>Promoção da <b>modernização da gestão pública, possibilitando a agilidade nos serviços públicos, por meio da ampliação do uso das tecnologias</b>, com vistas a atender as necessidades da sociedade, a solução de problemas e o aprimoramento da gestão.</p> <p>Promoção da melhoria nos meios de comunicação, com a disponibilização para a população de mais canais de troca de informações.</p> <p>Promoção de intervenções na infraestrutura e tecnológica do município, com vistas a proporcionar mais participação e controle social.</p> <p>As inovações da prática de transparência apresentadas foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilização de meios digitais de prestação de serviços públicos;</li> <li>- Emissão de Processo digital;</li> <li>- Instalação de Árvores Digitais (acesso a internet) em praças públicas;</li> <li>- Implantação do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC- Digital);</li> <li>- Emissão de Alvará sanitário on-line;</li> <li>- Informatização da matrícula da rede municipal de ensino;</li> <li>- Implantação da gestão tributária on-line;</li> <li>- Informatização da saúde com prontuário eletrônico e acesso aos exames;</li> <li>- Abertura de solicitação de serviços públicos on-line (iluminação, pavimentação, paisagismo, transito etc);</li> <li>- Disponibilização de aplicativo municipal com os serviços digitais disponíveis;</li> <li>- Tramitação de processos em mídias digitais.</li> </ul>	<p>Joseildo Ramos (PT/BA) - Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)</p>
5	<p>Marília Aparecida Campos - Prefeita no Município de Contagem</p> <p>Lançamento da plataforma "Aqui tem Remédio" em 2023 no intuito de trazer transparência e qualidade no atendimento à população, que pode ser acessada através do <b>portal da Prefeitura de Contagem ou pelo próprio site "Aqui Tem Remédio"</b>. Por meio desta, o <b>usuário consegue identificar toda a lista de medicamentos padronizados pela rede SUS, e verificar a disponibilidade dos medicamentos nas farmácias distritais do município de Contagem.</b> É um sistema que foi desenvolvido através de uma parceria entre Controladoria-Geral, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação, utilizando um software de geoprocessamento, onde o cidadão consegue identificar a farmácia que possui o medicamento, e o endereço da mesma, trazendo praticidade, economia e facilidade de acesso ao usuário.</p> <p>A plataforma "Aqui tem remédio", permite que o cidadão tenha acesso as informações atualizadas em tempo real com apenas 3 cliques. Além de ter a facilidade da ferramenta de georreferenciamento de todas as farmácias distritais do município, os usuários conseguem acessar a plataforma sem realizar nenhum tipo de cadastro. O usuário pode verificar a lista completa de medicamentos padronizados da rede SUS no Município em ordem alfabética ou mediante a utilização da ferramenta de busca, assim como a farmácia distrital há o estoque, sem a necessidade de deslocamento.</p> <p>Além disso, a plataforma digital possibilita que o Município faça um mapeamento dos medicamentos utilizados pela população, no sentido de controle e adequações dos estoques nas farmácias distritais, uma vez que gerencia os medicamentos disponíveis e indisponíveis, proporcionando ao cidadão um melhor atendimento e acesso aos medicamentos oferecidos pelo SUS.</p>	<p>Odair Cunha (PT/MG) - Líder da Federação Brasil da Esperança (FeBrasil)</p>

CATEGORIA SOCIEDADE CIVIL			
1	<p>Maria Lucia Fattorelli - Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida</p>	<p><b>Acompanhamento constante dos dados e documentos oficiais relacionados ao endividamento público federal, dos estados e de alguns municípios no Brasil</b>, com o objetivo de investigar o processo de endividamento público brasileiro desde a sua origem, buscando maior transparência para os mecanismos financeiros que provocam o crescimento exponencial dessas dívidas, a sua relação com medidas econômicas austeras adotadas no Brasil (juros altos, teto de gastos para investimentos sociais, privatizações, contrarreformas e restrições progressivas a direitos sociais), e produção de conhecimento a partir dessas investigações (livros, cartilhas, artigos, folhetos, publicações em redes sociais, seminários, cursos, palestras etc.) e campanhas públicas (<a href="https://auditoriacidada.org.br">https://auditoriacidada.org.br</a>).</p> <p><b>Apresentação de requerimentos de informação ao Banco Central para obtenção de dados e justificativas para determinadas ações públicas, a exemplo da queima de cerca de 60 bilhões de dólares de reservas internacionais pelo Banco Central em 5 anos, no período de 2018 a 2022</b> (<a href="https://auditoriacidada.org.br/acd-protocola-pedido-deinformacoes-ao-banco-central-sobre-reducao-em-reservasinternacionais/">https://auditoriacidada.org.br/acd-protocola-pedido-deinformacoes-ao-banco-central-sobre-reducao-em-reservasinternacionais/</a>)</p> <p><b>Apresentação de proposta legislativa à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, visando limitar os juros no Brasil, acompanhada de justificativa que denuncia os danos decorrentes da prática de juros altos no país, a qual foi acatada e transformada em Projeto de Lei Complementar 104/2022</b> (<a href="https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/">https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/</a>)</p>	<p>Glauber Braga (PSOL/RJ) - Presidente da Comissão de Legislação Participativa (CLP)</p>
INDICAÇÃO PATRONO			
1	<p>Waldir Pires</p>	<p>Governador do Estado da Bahia, ministro da Previdência e da Defesa, deputado estadual pela Bahia, deputado federal, secretário de Estado, vereador, foi titular da Controladoria-Geral da União no governo Lula, entre 2003 e 2006, uma das mais ricas experiências de transparência das contas públicas, efetivo mecanismo de democratização do poder, reconhecido e premiado internacionalmente. Como ele dizia, em entrevista à revista Tema, de julho/agosto de 2005, um órgão, criado durante o primeiro governo do presidente Lula, medida inédita na administração pública brasileira, "vinculada à esperança de que nós sejamos capazes de construir um Estado democrático e republicano".</p> <p>No início da gestão, Waldir Pires implantou o Programa de Fiscalização em Municípios. Estes, escolhidos por sorteio público. Dezenas de bilhões de reais foram fiscalizados, fraudes foram reveladas, desvios passaram a ser punidos de forma inédita. Tal programa o entusiasmava de modo particular: pelo simbolismo, pela eficácia, pelo efeito-demonstração. Em dois anos, o programa fiscalizou 540 municípios. A CGU encontrou irregularidades em 408 deles, número expressivo, a indicar o quanto fora acertado implantá-lo, modo eficaz de combater a corrupção.</p> <p>Sob a gestão dele, criou-se também o Conselho da Transparência Pública e de Combate à Corrupção, colegiado de composição paritária de representantes do Estado e da Sociedade Civil, dentre os quais Ministério Público, Tribunal de Contas da União, Ordem dos Advogados do Brasil, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, confederações de trabalhadores.</p> <p>Waldir Pires conseguiu unir a conhecida habilidade e competência política dele ao tino administrativo.</p>	<p>Joseildo Ramos (PT/BA) - Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC)</p>